



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS
Avenida Padre João Bosco, 1.508, - Bairro Centro
CEP 78675-000 Ribeirão Cascalheira/MT
(66) 3489-2215/2216 - <http://www.funai.gov.br>

COORDENAÇÃO REGIONAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08100.000527/2023-12

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço referente ao tráfego de dados através de fibra ótica, sem franquia ou limite de tráfego, incluindo o fornecimento dos materiais (central de equipamentos e cabos), além da instalação, configuração e suporte de serviços, a serem executados nas sedes da Coordenação Regional de Ribeirão Cascalheira, em Ribeirão Cascalheira - MT, e das Coordenações Técnicas Locais de Água Boa I e I, em Água Boa - MT, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| Item | Descrição detalhada | Unidade | Qtde | CATSERV | Valor Unit. (R\$) | Valor anual (R\$) | Total (R\$) |
|------|---|---------|------|---------|-------------------|-------------------|------------------|
| 1 | FIBRA ÓTICA BANDA LARGA COM, NO MÍNIMO, 300 Mbps PARA TRÁFEGO DE DADOS , com disponibilidade do serviço 24 horas por dia e 7 dias da semana, sem franquia ou limite de tráfego, incluindo o fornecimento dos materiais (central e roteador), instalação, configuração e manutenção no município de Ribeirão Cascalheira - MT. | Mês | 60 | 26484 | 265,75 | 2.394,00 | 15.945,00 |

| | | | | | | | |
|--|---|---------|----|-------|--------|-----------------|------------------|
| 2 | Taxa de instalação do serviço. | Serviço | 1 | 26166 | 150,00 | 150,00 | 150,00 |
| 3 | FIBRA ÓTICA BANDA LARGA COM, NO MÍNIMO, 300 Mbps PARA TRÁFEGO DE DADOS , com disponibilidade do serviço 24 horas por dia e 7 dias da semana, sem franquia ou limite de tráfego, incluindo o fornecimento dos materiais (central e roteador), instalação, configuração e manutenção no município de Água Boa - MT. | Mês | 60 | 26484 | 265,75 | 2.394,00 | 15.945,00 |
| 4 | Taxa de instalação do serviço. | Serviço | 1 | 26166 | 150,00 | 150,00 | 150,00 |
| VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO (R\$) | | | | | | 6.678,00 | 32.190,00 |

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizados como comum.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 120 (cento e vinte) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.3.1. O valor estimado da contratação é de **R\$ 32.190,00 (trinta e dois mil, cento e noventa reais)** para o período de 60 (sessenta) meses, conforme os custos unitários definidos na tabela acima.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação, cujo objetivo é o fornecimento de sinal de internet de velocidades através de fibra ótica, torna-se indispensável para a manutenção e a continuidade das atividades administrativas rotineiras realizadas na Coordenação Regional de Ribeirão Cascalheira - MT, sendo uma ferramenta de comunicação indispensável dentro das organizações institucionais, e necessária para dar suporte e maior agilidade às tarefas administrativas rotineiras, além de auxiliar no bom atendimento ao público alvo e às instituições com boa relação institucional com a FUNAI.

2.2. A princípio, um serviço de tráfego de dados minimamente estável permitirá aos servidores desta Coordenação Regional uma instrução mais célere dos processos gerados no Sistema Eletrônico de Informações - SEI!, relacionados, sobretudo:

a) Aos serviços essenciais como assistência social e previdenciária, no sentido de garantir maior agilidade nos agendamentos e consultas online, visto que este tipo de serviço é também oferecido via internet atualmente;

b) Às rotinas administrativas, tanto no âmbito da Coordenação Regional quanto das unidades subordinadas, uma vez que haverá maior agilidade na execução dos seus procedimentos internos e externos como: serviços de correio eletrônico, emissão e edição de documentos, operacionalização dos portais governamentais, pagamentos de ordens bancárias, licitações e atendimento a serviços públicos online.

2.3. Sobre a viabilidade jurídica da contratação, a Portaria MPDG n.º 443, de 27 de dezembro de 2018, que regulamenta o Decreto n.º 9.507/2018, dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, estando assim previsto:

Art. 1º No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

[...]

XXIII - serviços de tecnologia da informação e prestação de serviços de informação;

2.4. Desta feita, o Decreto expressamente contempla o serviço ora pretendido, restando claro que não há óbice jurídico à transferência da execução dos serviços de fornecimento de link de internet para a iniciativa privada.

2.5. Portanto, dada a essencialidade dos serviços em comento para a perfeita execução das atividades do órgão na aplicação das políticas públicas destinadas as populações indígenas, se torna fundamental e necessário a sua imediata contratação.

2.6. Com a futura contratação pretende-se também alcançar a conciliação entre os menores custos possíveis e o atendimento adequado das necessidades da Administração, uma vez que a relação entre a demanda e a quantidade de serviço a ser contratada está em estreita observância a critérios e mecanismos geradores de maior eficiência, celeridade e economicidade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (ART. 6.º, INCISO XXIII, ALÍNEA ‘C’)

3.1. Consoante ao que foi definido no Estudo Técnico Preliminar da contratação, a solução mais adequada para a prestação de serviço relativo ao tráfego de dados por meio de banda larga através de fibra ótica, nas condições específicas para cada item desta contratação, pode ser obtida com base na realização de uma Dispensa de Licitação na forma *Eletrônica*, visto que se trata de serviço de pequena monta e uma contratação relativamente simples.

3.2. A solução abrange a prestação do serviço de conectividade IP (Internet Protocol), através de conexões com velocidades e características diversas, a depender do local onde será prestado o serviço, mas cujo objetivo final é possibilitar a comunicação, a gestão e o controle das atividades das áreas administrativa e finalística desenvolvidas nas sedes da Coordenação Regional de Ribeirão Cascalheira e das Coordenações Técnicas Locais de Água Boa I e II.

3.3. Trata-se de conexão à internet durante 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, de forma contínua e ininterrupta a qualquer tempo, sem limite de tráfego e, caso seja possível, a(s) contratada(s) poderá(ão) disponibilizar um sistema específico para acompanhamento financeiro e no consumo de dados trafegados.

3.4. Os materiais e equipamentos serão fornecidos pela contratada em regime de comodato ou similar, a qual será a única responsável pelo transporte e instalação de todos os equipamentos necessários para o perfeito funcionamento do serviço; e, caso seja necessário, deverá configurar as estações de trabalho para o acesso dos servidores e usuários da instituição no ato da instalação.

3.5. Solução de Mercado:

3.5.1. A escolha do tipo de solução a contratar levou em consideração as normas existentes para a matéria, bem como a legislação vigente para a informatização do setor público, em especial o Decreto n.º 8.539, cujo Sistema Eletrônico de Informações – SEI é o principal instrumento de gestão processual,

además deste, também fora considerado todos os demais sistemas que fazem parte do cotidiano da instituição, tais como NOVO SIAFI, COMPRASNET, HOD, SPIUNET, SCDP, dentre outros que necessitam de maior qualidade de conexão, visando proporcionar eficiência, estabilidade e segurança na instrução dos processos eletrônicos e desenvolvimento das atividades no cumprimento da missão institucional.

3.5.2. Considerou-se, ainda, neste instrumento o que dispõe o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTIC 2023-2027/SEI! n.º n.º 5932579), aprovado para este período, que contempla em seus objetivos estratégicos orientações para o atendimento das necessidades tecnológicas e de informação do Órgão, com destaque para objetivos estratégicos:

I - OE. 01 Entregar soluções de TIC que agreguem valor estratégico para a Funai, abrangendo as áreas fim, meio, bem como o Museu do Índio e os órgãos descentralizados da Fundação (Coordenações Regionais, Coordenações Técnicas Locais e Coordenações de Frente de Proteção Etnoambiental).

II - OE.05 Promover a inovação e o processo contínuo de modernização da infraestrutura e serviços de TIC.

III - OE.07 Aprimorar os processos e serviços de TIC alinhado às boas práticas de governança.

3.5.3. A escolha pela modalidade de acesso através de **banda larga via fibra óptica**, deu-se por ser uma das formas de conexão à internet mais estáveis, uma vez que permite maior estabilidade, segurança da informação e velocidade de acesso, a um ótimo custo-benefício, garantindo acesso permanente as Coordenações Técnicas Locais a rede mundial de computadores.

3.6. **Solução escolhida:**

3.6.1. A solução pretendida contempla a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de tráfego de dados por meio de banda larga através de fibra ótica de, no mínimo, na velocidade de 300 Mbps ou superior, às sedes da Coordenação Regional de Ribeirão Cascalheira e das Coordenações Locais de Água Boa I e II, com taxas de transmissão real de acordo com aqueles estipulados pela Resolução n.º 574/11 da Anatel.

3.6.2. Nesses termos, ressalta-se que a disponibilidade dos serviços deverá ser de 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias da semana, sem franquia ou limite de tráfego, incluindo o fornecimento dos materiais (central e roteador), instalação, configuração e manutenção, a ser processado mediante licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica.

3.7. **Justificativa da alternativa escolhida:**

3.7.1. O desenvolvimento de grande parte das atividades programadas pelos servidores lotados na Coordenação Regional de Ribeirão Cascalheira e nas Coordenações Locais de Água Boa I e II está diretamente relacionado à qualidade do acesso à internet, incluindo a ampliação do uso de reuniões por meio de teleconferência, de tal forma que a necessidade de uma boa conexão aumentou, sendo imprescindível para proporcionar um serviço mais veloz, seguro e estável.

3.7.2. Os servidores lotados na Coordenação Regional de Ribeirão Cascalheira precisam promover ações estruturantes para o perfeito funcionamento das Coordenações Técnicas Locais a ela vinculadas, em cujo contexto os serviços de tráfego de dados por meio de banda larga através de fibra ótica são imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades administrativas e finalísticas do órgão, visando ao cumprimento da missão institucional da FUNAI, sendo o procedimento licitatório (ou a sua dispensa, como nesse caso) a única forma para se promover esta contratação.

3.7.3. Não será admitida a participação de cooperativas no certame, uma vez que o serviço a ser fornecido não poderá ser atendido pelo coletivo de associados, restando prejudicada a participação destas, además das empresas que participam em licitações para o objeto não se enquadrarem nesta situação.

3.7.4. Por não ser vantajoso o tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e as empresas de pequeno porte, tampouco a exclusividade ou adoção de cotas reservadas, conforme inciso III

do artigo 48 da Lei Complementar n.º 123/2006, visto que isso representaria prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, bem como restringiria a participação do mercado e aumentaria a probabilidade de ser frustrada a licitação ou mesmo oneraria significativamente os serviços, pois a modalidade de conexão ADSL só poderá ser ofertado por empresas de grande porte, desta feita, com fundamento no art. 10, inciso II, do Decreto n.º 8.538/2015, o benefício não será concedido na Dispensa Eletrônica.

3.7.5. É vedada a participação de consórcios na futura contratação, uma vez que o tipo de serviço a ser contrato é considerado comum, cuja execução não implica em alta complexidade e elevado valor, e cuja permissão poderia restringir a competição, na medida em que a reunião de empresas que, individualmente, são capazes de prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e, eventualmente, propiciaria a formação de conluíus/cartéis em cujo contexto ocorreria manipulação de preços nas licitações.

3.7.6. Por se tratar de contratação de serviço contínuo, cuja interrupção pode vir a comprometer a continuidade das atividades institucionais do referido órgão, será firmado um contrato cuja vigência será formalizada num prazo de 60 (sessenta) meses, evitando-se, desta forma, o dispêndio de tempo, recursos financeiros e trabalho dos servidores responsáveis pela instrução processual ante a sucessivas prorrogações que, invariavelmente, aconteceriam a cada 12 (doze) meses. Nesse contexto, a contratação deverá ocorrer nos termos daquilo que dispõe o artigo 106, da Lei n.º 14.133/2021, tendo como prazo de vigência do contrato o período de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, considerando-se as condicionantes dos incisos I, II e III do referido artigo.

3.7.7. Em função dos serviços do enquadramento nos pressupostos do Decreto n.º 9.507/2018, será transferida a execução indireta.

3.7.8. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração na condição de Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.7.9. Ante o exposto, a presente solução é, de fato, a melhor alternativa para garantir a perfeita execução das ações planejadas do órgão em cumprimento a missão institucional.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente demanda está sendo estruturada mediante a elaboração e caracterização do Documento de Formalização da Demanda - DFD e dos Estudos Preliminares Simplificados, por se tratar de um tipo de contratação de serviços cujos valores se enquadram nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei n.º 14.133 de 2021.

4.2. Paralelamente a isso, promove-se o cumprimento ao disposto no art. 8.º da Instrução Normativa n.º 01, de 04 de abril de 2019, que versa sobre o Planejamento da Contratação para cada serviço a ser contratado, a Legislação manifesta-se nos seguintes termos:

Art. 8.º As contratações de soluções de TIC deverão seguir as seguintes fases:

I - Planejamento da Contratação;

II - Seleção do Fornecedor; e

III - Gestão do Contrato.

§ 1.º As atividades de gerenciamento de riscos devem ser realizadas durante todas as fases do processo de contratação, observando o disposto no art. 38.

§ 2.º As contratações de soluções de TIC devem atender às normas específicas dispostas no ANEXO e observar os guias, manuais e modelos publicados pelo Órgão Central do SISP.

4.3. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade

4.3.1. Na análise desta demanda devem ser observadas duas variantes na escolha da solução de TIC, sendo elas o volume de trabalho que conseqüentemente irá gerar um maior fluxo de dados e representa maior necessidade por velocidade de transferência e a localidade das unidades da FUNAI onde será prestado o serviço, isto é, nas sedes da Coordenação Regional de Ribeirão Cascalheira, em Ribeirão

Cascalheira - MT, e das Coordenações Técnicas Locais de Água Boa I e II, na cidade de Água Boa - MT.

4.3.2. Ambos as sedes localizam-se em áreas urbanizadas, embora tenha sido averiguado que há apenas um prestador de serviços que atua neste ramo de mercado na cidade de Ribeirão Cascalheira - MT; enquanto na cidade de Água Boa - MT há outros fornecedores, no total de 4 (quatro) empresas, a título de maior precisão.

4.3.3. Deste modo, com relação à velocidade e forma de fornecimento, sugerimos a fornecimento de link de acesso à internet banda larga, preferencialmente via cabo ou fibra óptica, na velocidade de no mínimo de 300 Mbps, sem franquia ou limite de tráfego.

4.3.4. A contratada deverá disponibilizar ao órgão um sistema para consulta do consumo de dados trafegados. O link deverá funcionar ininterruptamente, compreendendo 7 dias por semana e 24 horas por dia. Além disso, deverá prestar suporte técnico via telefone, chat e presencial, quando não for possível solucionar pelos demais canais. A empresa também será responsável pelo fornecimento de todos os Equipamentos que forem necessários para a instalação e disponibilidade do link (central, roteador, etc.) em regime de comodato, para o qual é a responsável pelo transporte e instalação de todos os equipamentos necessários para o perfeito funcionamento do link, e, caso seja necessário, deverá configurar as estações de trabalho para o acesso dos servidores e usuários da instituição no ato da instalação.

4.4. **Requisitos a serem atendidos pela contratada**

4.4.1. Os serviços deverão ser prestados nas seguintes localidades e endereços:

4.4.1.1. **Sede da Coordenação Regional de Ribeirão Cascalheira:** Avenida Padre João Bosco, 1.508, Centro CEP 78675-000 Ribeirão Cascalheira - MT.

4.4.1.2. **Sede das Coordenações Técnicas Local de Água Boa I e II:** Rua 03, 487, Centro, CEP 78635-000 Água Boa - MT.

4.4.2. Os equipamentos deverão ser instalados nas localidades citadas sendo devidamente configurados, cujos serviços deverão estar concluídos em até 10 dias corridos após a assinatura do contrato;

4.4.3. Todas as despesas o fornecimento de todos os equipamentos e acessórios de conexão necessários para o funcionamento do serviço, ocorrerão por conta da Contratada e, portanto, sem custos adicionais para a Contratante;

4.4.4. As condições de tráfego de dados para download e upload são aquelas descritas no objeto;

4.4.5. O serviço deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana em todos os dias do ano;

4.4.6. Deverá ser prestado suporte técnico em período integral, com atendimento imediato em caso de falha nos entroncamentos, nas centrais da concessionária/autorizada de internet, e/ou nos equipamentos de conexão fornecidos pela contratada e instalados nas dependências físicas das localidades da Contratante;

4.4.7. O serviço de assistência técnica deverá ser prestado, sempre que necessário, durante toda a vigência contratual, sendo a mesma responsável para resolver os problemas de quedas, falhas ou mau funcionamento;

4.4.8. A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual;

4.4.9. Declaração do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF com a devida vigência atualizada das certidões;

4.4.10. Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado de execução de serviço de características semelhantes ao descrito no objeto não inferior a 1 ano;

4.4.11. Indicar responsável pela orientação, coordenação e acompanhamento dos serviços contratados, bem como pela resolução de quaisquer questões relativas ao contrato, objetivando a perfeita

execução dos serviços;

4.4.12. Sempre que houver, por qualquer motivo, mudança de responsável, a contratada fica obrigada a informar à contratante formalmente;

4.4.13. Por ser um serviço que provê apenas o acesso à Internet, não existe a necessidade de transferências de conhecimento ou tecnologia;

4.4.14. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, bem como de acordo com a sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da execução dos serviços durante a vigência contratual;

4.4.15. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.5. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

4.5.1. Para o perfeito dimensionamento da proposta a empresa poderá efetuar vistoria nas dependências da Coordenação Regional de Ribeirão Cascalheira e das Coordenações Técnicas Locais de Água Boa I e II, nos endereços especificados nos itens 4.4.1.1 e 4.4.1.2.

4.5.2. Caso a empresa dispense a vistoria, a mesma deverá apresentar formalmente a declaração de dispensa, entretanto não poderá proceder qualquer alegação ou omissão de serviços, caso seja contratada, sob pena da aplicação das sanções cabíveis.

4.5.3. Cada acesso deverá ser prestado nas bandas de velocidade mínima garantida especificada no objeto e onde devem ser prestados os serviços.

4.5.4. Os equipamentos fornecidos deverão possuir pelo menos as seguintes funcionalidades:

4.5.4.1. Possibilidade de configuração de IP fixo;

4.5.4.2. Compatibilidade com o-VPN;

4.5.4.3. Servidor de DHCP, com possibilidade de restrição por endereço MAC;

4.5.4.4. Possibilidade de manutenção remota por meio de portas configuráveis;

4.5.4.5. Possibilidade de configuração de Qualidade de Serviço (QoS) para garantir a qualidade da videoconferência por meio da reserva de banda, caso seja necessário.

4.5.5. Cada acesso que a depender do local poderá ser prestado nas tecnologias ADSL, fibra, satélite ou Cabo, em qualquer caso, deverá incluir todos os dispositivos em regime de comodato (modem, cabos, roteador, etc.) necessários para o funcionamento do serviço e de acesso a todas as estações de trabalho.

4.5.6. A contratada deverá fornecer documentação técnica dos equipamentos fornecidos na forma impressa, ou como link de Internet a material na forma digital e em língua portuguesa.

4.5.7. Os equipamentos a serem instalados serão de inteira responsabilidade da contratada, bem como a garantia, substituição e reparos quando necessários, sem ônus financeiro para a contratante durante a vigência contratual.

4.5.8. Para dimensionamento correto da proposta, o fornecedor deverá apresentar planilha de composição de todos os custos que envolvem a contratação.

4.5.9. A planilha de composição de custos será utilizada na análise da melhor proposta.

4.5.10. A planilha servirá como critério de medição para futuros reajustes, caso haja.

4.5.11. O prazo para a instalação necessária de todos os equipamentos será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da assinatura do contrato.

4.5.12. Este prazo poderá ser dilatado conforme justificativa devidamente aceita pela Coordenação Regional de Campo Grande.

4.5.13. Instalação, Suporte e Manutenção preventiva proativa.

4.5.14. A troca de equipamentos danificados ficará totalmente a cargo da Contratada, não gerando assim, custos extras a Contratante.

4.5.15. A licitante deverá apresentar proposta de preço baseada no valor estimado no presente instrumento. Os preços deverão ser expressos em reais e conter todos os tributos, encargos e todos os valores decorrentes da prestação dos serviços relativos a contratação.

4.5.16. O menor preço proposto para o item será levado em consideração para efeito de julgamento, sendo de exclusiva e total responsabilidade do proponente.

4.6. O serviço possui natureza continuada

4.6.1. Os serviços ora requeridos enquadram-se nos pressupostos da Instrução Normativa n.º 05, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, em seu art. 15º, devendo o mesmo ser fornecido de forma continuada, uma vez que sua interrupção compromete a prestação dos serviços das Coordenações Técnicas Locais no cumprimento da missão institucional.

4.6.2. Será facultado à Contratante solicitar rescisão do contrato, desde que, avise previamente em um prazo de 60 (sessenta) dias.

4.7. Conexão entre a contratação e o planejamento existente

4.7.1. A contratação observa a necessidade institucional em seu planejamento anual, o qual encontra-se devidamente contemplado na planilha de despesas administrativas (SEI! n.º 5281206), conforme Instrução Normativa n.º 1, de 2019 que dispõe sobre as atualizações do Plano Anual de Contratações (PAC) de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação nele inseridos, sendo necessário tão somente promover alterações na definição do objeto e valores após efetuação do certame, bem como no Decreto n.º 8.539 de 08/10/2015 que determina o uso de meio eletrônico para realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos.

4.7.2. Considerou-se ainda neste instrumento a Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTIC 2023-2027/ SEI! n.º 5932579), aprovado para este período, que contempla em seus objetivos estratégicos orientações para o atendimento das necessidades tecnológicas e de informação do Órgão, com destaque para os objetivos estratégicos:

I - OE. 01 Entregar soluções de TIC que agreguem valor estratégico para a Funai, abrangendo as áreas fim, meio, bem como o Museu do Índio e os órgãos descentralizados da Fundação (Coordenações Regionais, Coordenações Técnicas Locais e Coordenações de Frente de Proteção Etnoambiental).

II - OE.05 Promover a inovação e o processo contínuo de modernização da infraestrutura e serviços de TIC.

III - OE.07 Aprimorar os processos e serviços de TIC alinhado às boas práticas de governança.

4.8. Critérios de Sustentabilidade

4.8.1. A CONTRATADA deverá contribuir, no que couber, para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225, da Constituição Federal/88 e em conformidade com o art. 3.º, da Lei n.º 8.666/93, Lei n.º 12.187/2009, Lei n.º 12.305/2010, Decreto n.º 7.404/2010 e, no que couber, com o art. 6.º, da Instrução Normativa/SLTI/MPOG n.º 01, de 19 de janeiro de 2010, bem como cumprir o arcabouço legal vigente para o objeto contratado.

4.8.2. Dentre os estabelecidos pela legislação, quando couber, a empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade estabelecidas nos incisos do art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 1, DE 19 de janeiro de 2010, os quais são:

I – Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

II – Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA n.º 257, de 30 de junho de 1999

III – Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

IV – Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.9. Duração da vigência contratual

4.9.1. O prazo de vigência da contratação será de 5 (cinco) anos, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos [106 e 107 da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de execução

5.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias da assinatura do contrato;

5.1.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho consta no Item 4 deste Termo de Referência.

5.2. Local da prestação dos serviços

5.3. Os serviços deverão ser prestados nas seguintes localidades e endereços especificados nos itens 4.4.1.1 e 4.4.1.2 e 4.5.1.

5.4. Materiais a serem disponibilizados

5.4.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, para fornecer o serviço de maneira adequada em qualquer cômodo do imóvel escolhido pela responsável da Unidade.

5.4.2. Além dos materiais de infraestrutura como cabos, conectores e modem, deve ser fornecido um roteador para disponibilização de *wi-fi* e configurá-lo para que os equipamentos do local possam estabelecer conexão com a internet.

5.5. Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1.º, inciso III, da Lei n.º 14.133, de 2021](#))

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido [na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

6. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

6.1. São obrigações da CONTRATANTE:

6.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

6.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

6.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

6.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

- 6.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 6.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 6.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 6.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.
- 6.2. São obrigações do CONTRATADO
- 6.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 6.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 6.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 6.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 6.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 6.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 6.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 6.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 6.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso.
- 6.2.10. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:
- 6.2.11. efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- 6.2.12. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
- 6.2.13. definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:
- 6.2.14. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e
- 6.2.15. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;
- 6.2.16. definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:
- 6.2.16.1. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

6.2.16.2. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo contratado; e

6.2.16.3. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de amostra do objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 do art. 17 da Instrução Normativa SGS/ME n.º 94, de 2022, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/2021, art. 115, caput).

7.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei n.º 14.133/2021, art. 115, §5.º).

7.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/2021, art. 117, caput).

7.1.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 14.133/2021, art. 117, §1.º).

7.1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 14.133/2021, art. 117, §2.º).

7.1.4. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei n.º 14.133/2021, art. 118).

7.1.4.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 5/2017, art. 44, §1.º)

7.1.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei n.º 14.133/2021, art. 119).

7.1.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei n.º 14.133/2021, art. 120).

7.1.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei n.º 14.133/2021, art. 121, caput).

7.1.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei n.º 14.133/2021, art. 121, §1.º).

7.1.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 5/2017, art. 44, §2.º).

7.1.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 5/2017, art.

44, §3.º).

7.1.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 5/2017, art. 44, 31).

7.1.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.1.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7.2. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

7.2.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I, deste Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.2.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.3.1. Análise da Fatura ou instrumento equivalente auxiliar à Nota Fiscal, e outros comprovantes de prestação dos serviços.

7.2.3.2. Relatório do Fiscal/Gestor do Contrato apresentando a conformidade do serviço apresentado no mês de referência à Nota Fiscal, utilizando o Acordo de Níveis de Serviço/IMR.

7.2.4. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.4.1. não produziu os resultados acordados;

7.2.4.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.2.4.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. DO RECEBIMENTO

7.3.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, contado do recebimento da nota fiscal, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.3.1.1. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio

de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

7.3.1.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.1.3. O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.1.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.3.1.5. No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

7.3.1.6. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

7.3.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.3.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.3.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

7.3.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

- 8.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.
- 8.3. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.
- 8.4. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 8.4.1. Comprovação de autorização para operar pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).
- 8.4.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.4.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- a) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
 - b) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior
- 8.4.2.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 8.4.2.3. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com a comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade do tempo ser ininterrupto.
- 8.4.2.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.4.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
 - c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)
- 9.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

9.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

9.13. **Habilitação Jurídica:**

9.13.1. No caso de Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.13.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.13.3. No caso de Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13.4. No caso de Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

9.13.5. No caso de Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13.6. No caso de Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

9.13.7. Ato de autorização para o licenciamento de provedores de internet para o exercício da atividade de. Serviço de Comunicação Multimídia, expedido pela Anatel nos termos da Resolução nº 719, de 10 de fevereiro de 2020

9.13.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.14. **Habilitações fiscal, social e trabalhista:**

- 9.14.1. Em se tratando de pessoa física, prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- 9.14.2. No caso de pessoa jurídica, prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 9.14.3. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.14.4. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.14.5. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7.º, XXXIII, da Constituição;
- 9.14.6. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.
- 9.14.7. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.14.7.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 9.14.8. prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.14.8.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- Gestão/Unidade: 19208/194042;
- Fonte de Recursos: 0100000000;
- Programa de Trabalho: 225450;
- Elemento de Despesa: 339040.13;
- Plano Interno: 0010INF.

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1.º, da Lei n.º 9.784/1999.

FRANCISCO ANDRÉ SAMPAIO
Chefe do Serviço de Apoio Administrativo
SEAD CR-RC/FUNAI

CIRLENE DIAS RAMOS AGUIAR
Chefe da Divisão Técnica
DIT CR-RC/FUNAI



Documento assinado eletronicamente por **Francisco André Sampaio, Chefe de Serviço**, em 24/01/2024, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elidio Tsorone, Coordenador(a) Regional**, em 24/01/2024, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cirlene Dias Ramos Aguiar, Chefe de Divisão**, em 25/01/2024, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:
http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6196689** e o código CRC **C3EDE1E8**.

MINUTA



FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

Avenida Padre João Bosco, 1.508, - Bairro Centro, Ribeirão Cascalheira/MT, CEP 78675-000

Telefone: (66) 3489-2215/2216 e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.funai.gov.br>

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 08100.000527/2023-12

*** MINUTA DE DOCUMENTO** [conforme modelo AGU - Atualizado em 24/05/2023 12h51](#)

CONTRATO Nº _____/FUNAI/2024 QUE
ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO
NACIONAL DOS POVOS ÍNDIGENAS – FUNAI,
POR MEIO DO COORDENAÇÃO REGIONAL
DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA E A EMPRESA
XXXXXXX, PARA OS FINS QUE
ESPECIFICAM:

A **FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI**, por intermédio da **COORDENAÇÃO REGIONAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA**, doravante denominada **CONTRATANTE**, situada na Avenida Padre João Bosco, 1.508, Centro, Ribeirão Cascalheira - MT, inscrita no CNPJ n.º 00.059.311/0068-33, neste ato representada pelo seu Coordenador Regional, o Senhor Elidio Tsorone, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade n.º 2104158-0 expedida pela SSP/MT e do CPF n.º 033.293.521-32, nomeado pela Portaria n.º 117/2023/MPI, de 27/04/2023, publicada no Diário Oficial da União n.º 81, de 28/04/2023, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **XXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o n.º **XXXXXXX**, estabelecida na Rua **XXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor **XXXXX**, (nacionalidade), (estado civil), portador da Carteira de Identidade n.º **XXXXX** SSP/MT e do CPF n.º **XXXX**, conforme atos constitutivos da empresa, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo n.º **XXXXXXXXXX** e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Contratação Direta n.º **XX/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço referente ao tráfego de dados através de fibra ótica, sem franquia ou limite de tráfego, incluindo o fornecimento dos materiais (central de equipamentos e cabos), além da instalação, configuração e suporte de serviços, a serem executados nas sedes da Coordenação Regional de Ribeirão Cascalheira, em Ribeirão Cascalheira - MT, e das Coordenações Técnicas Locais de Água Boa I e I, em Água Boa - MT, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

| | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|-------|-------|
| | | | | | | Valor | Valor |
|--|--|--|--|--|--|-------|-------|

| Item | Descrição detalhada | Unidade | Qtde | CATSERV | valor Unit. (R\$) | valor anual (R\$) | Total (R\$) |
|--|---|---------|------|---------|-------------------|-------------------|-------------|
| 1 | FIBRA ÓTICA BANDA LARGA COM, NO MÍNIMO, 300 Mbps PARA TRÁFEGO DE DADOS , com disponibilidade do serviço 24 horas por dia e 7 dias da semana, sem franquia ou limite de tráfego, incluindo o fornecimento dos materiais (central e roteador), instalação, configuração e manutenção no município de Ribeirão Cascalheira - MT. | Mês | 60 | 26484 | | | |
| 2 | Taxa de instalação do serviço. | Serviço | 1 | 26166 | | | |
| 3 | FIBRA ÓTICA BANDA LARGA COM, NO MÍNIMO, 300 Mbps PARA TRÁFEGO DE DADOS , com disponibilidade do serviço 24 horas por dia e 7 dias da semana, sem franquia ou limite de tráfego, incluindo o fornecimento dos materiais (central e roteador), instalação, configuração e manutenção no município de Água Boa - MT. | Mês | 60 | 26484 | | | |
| 4 | Taxa de instalação do serviço. | Serviço | 1 | 26166 | | | |
| VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO (R\$) | | | | | | | |

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. A Proposta do contratado;

1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$
(.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O Contrato em tela regula-se por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado e, em especial, o Código Civil – [Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002](#), e o Código de Defesa do Consumidor – [Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990](#)

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/01/2024.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. As obrigações do contratante encontram-se definidas na cláusula sexta do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. As obrigações do contratado encontram-se definidas na cláusula sexta do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6.º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres

da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1.º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, conforme Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato;
- h) fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- k) praticar ato lesivo previsto no art. 5.º da Lei n.º 12.846, de 01/08/2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato,

sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2.º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4.º, da Lei n.º 14.133, de 2021);

III - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j e k do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5.º, da Lei n.º 14.133, de 2021)

IV - Multa:

(1) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,5% (meio por cento) até 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 0,5% (meio por cento) até 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (meio por cento) até 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de a multa será de 0,5% (meio por cento) até 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (meio por cento) até 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à contratante (art. 156, §9.º), declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5.º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.3.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

12.3.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8.º).

12.3.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e

parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1.º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.7. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

12.8. O contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/21.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I - Gestão/Unidade: 194028

II - Fonte de Recursos: 1000000000

III - Programa de Trabalho: 225450

IV - Elemento de Despesa: 3390.40-13 e 3390.40-14

V - Plano Interno: O010IFF

VI - Nota de Empenho: 2024NEXXXXXXX

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021)

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante providenciar a publicação deste instrumento, nos termos e condições previstas na Lei n.º 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

18.1. É eleito o Foro da Justiça Federal em Mato Grosso, Seção Judiciária de Barra do Garças - MT, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1.º, da Lei n.º 14.133/2021.

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos do seu teor só terão quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco André Sampaio, Chefe de Serviço**, em 24/01/2024, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elidio Tsorone, Coordenador(a) Regional**, em 24/01/2024, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cirlene Dias Ramos Aguiar, Chefe de Divisão**, em 25/01/2024, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6200781** e o código CRC **E81D505B**.

